



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA-UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS VII
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOÃO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA GOMES

**APURAÇÃO DE RESULTADO E CONTROLE NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO PERÍMETRO IRRIGADO DE PONTO NOVO - BA**

SENHOR DO BONFIM - BA

2016

JOÃO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA GOMES

**APURAÇÃO DE RESULTADO E CONTROLE NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO PERIMETRO IRRIGADO DE PONTO NOVO - BA**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia, Campus VII, Senhor do Bonfim - BA, Colegiado de Ciências Contábeis, como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Leandro do Nascimento Santos

SENHOR DO BONFIM - BA

2016

JOÃO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA GOMES

**APURAÇÃO DE RESULTADO E CONTROLE NA AGRICULTURA
FAMILIAR DO PERIMETRO IRRIGADO DE PONTO NOVO BA**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação do *Campus VII* - Senhor do Bonfim da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovada em 15 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Leandro do Nascimento Santos

(Orientador - UNEB)

Prof^a. Rita Regina Marques Costa

(Examinadora)

Prof^a. Thaise Vasconcelos Dourado

(Examinadora)

Agradeço a meu orientador pela paciência e grandes ensinamentos.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

Cora Coralina

RESUMO

A agricultura familiar sempre foi importante na contribuição do aumento do PIB brasileiro, sendo responsável pela maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira. É um setor que apresenta potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico e causa menos impacto ambiental quando relacionada à agricultura de larga escala. Nesse sentido, a gestão de custos se constitui como uma importante ferramenta para os produtores utilizarem na administração de sua produção, pois, o controle desses custos permite que os produtores percebam se existe a viabilidade econômico-financeira das suas atividades rurais. O objetivo desse trabalho monográfico é conhecer se há um controle e apuração dos resultados obtidos com a produção na agricultura familiar no município de Ponto Novo/BA. Dessa forma, a pesquisa em questão, procurou-se identificar quais os procedimentos utilizados pelos produtores do Perímetro Irrigado do Projeto de Irrigação de Ponto Novo, para apurar o resultado, qual o grau de satisfação sobre o resultado apurado, e os possíveis erros ou falhas apresentadas pelos produtores ao apurarem o resultado de suas produções. Através da realização da pesquisa de campo, com a aplicação de formulário para a coleta de dados junto aos produtores rurais de Ponto Novo/BA, foi possível perceber que os produtores rurais, em sua maioria, não realizam o registro dos gastos de suas produções, não sabendo, portanto, detalhar o lucro obtido.

Palavras-Chaves: Controle; Apuração; Agricultura Familiar.

LISTA DE SIGLAS

BACEN: Banco Central do Brasil.

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Social.

DAP: Documento de Aptidão ao Pronaf.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SEAGRI: Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Faixa etária dos agricultores entrevistados	27
GRÁFICO 2 - Grau de escolaridade dos entrevistados	28
GRÁFICO 3 - Relação das culturas implantadas	29
GRÁFICO 4 - Controle de gastos dos agricultores entrevistados	30
GRÁFICO 5 - Participação em cursos de gestão dos agricultores	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR	111
2.2 A LEI 11.326/06 E SUA APLICABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	13
2.3. GESTÃO DE CUSTOS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS	155
2.4. CONTROLE DE CUSTO E APURAÇÃO DE RESULTADO NA ATIVIDADE AGRICULTURA	21
3. METODOLOGIA.....	22
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	22
4.1. FAIXA ETÁRIA	24
4.2. GRAU DE ESCOLARIDADE	25
4.3. CULTURAS IMPLANTADAS	26
4.4. FORMAS DE CONTROLE DE GASTOS NA PROPRIEDADES.....	27
4.5. FIXAÇÃO DE PREÇO NO PRODUTO.....	28
4.6. APURAÇÃO DE RESULTADO	29
4.7. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE NOÇÕES DE GESTÃO	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O projeto de irrigação de Ponto Novo gera aproximadamente cerca de 2.600 empregos diretos e mais de 3.900 indiretos, beneficiando assim não só a população local, mas toda região, que é cercada pelas seguintes cidades: Queimadas, Filadélfia, Pindobaçu, Caldeirão Grande, Saúde, Capim Grosso e Caen. Tendo como sua principal atividade a bananicultura. **Secretaria da pecuária, agricultura, pesca e aquicultura da Bahia**, (SEAGRI 2016)

O mercado consumidor está cada vez mais exigente em relação qualidade dos frutos, assim sendo, os produtores agrícolas, buscam melhor organizar os processos produtivos de forma a garantir alimentos que atendam às expectativas do mercado. Segundo Pinheiro et. al.(2011) “A qualidade, em geral, e os atributos de segurança do alimento são importantes elementos para a tomada de decisão dos consumidores”. Para competir e sobreviver dentro dessa nova realidade torna-se de grande importância para as empresas programar estratégias que maximizem a utilização dos recursos disponíveis, tais como os físicos, financeiros e humanos.

Administrar grandes, médias ou pequenas propriedades na realidade atual exige conhecimentos, habilidades, competências e estratégias que possibilitem a utilização de métodos viabilizando e facilitando o processo de decisão. Para Crepaldi (2005), o gestor deve estar sempre atento às tarefas de planejar, organizar, dirigir seus subordinados diretos e exercer o controle administrativo, além de apresentar planos e orçamentos que permitam acompanhar o andamento das atividades. Crepaldi (2009), diz que o empresarial rural necessita conhecer exatamente quantidade e o valor de cada bem que constitui o capital da empresa que dirige.

A contabilidade rural tem um papel muito importante na parte gerencial para o sucesso do empreendimento, neste sentido, ela gera informações com bases reais e consistentes em todos os setores da empresa, por meio de classificação dos dados econômicos e financeiros que possam ser analisados e auxiliem na tomada de decisão para uma melhor aplicação de recursos, a fim de que tenha o retorno esperado com o melhor controle de receitas e despesas. Através das informações contábeis, o produtor rural tem uma melhor visão para ampliar seus negócios com planejamento para uma melhor tomada de decisão, capacitando-se para

acompanhar a evolução do setor rural. Segundo Marion (2010), as empresas rurais exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e de transformação de determinados produtos agrícolas.

Uma das principais insatisfações dos produtores consiste no alto preço dos insumos na cultura, pois existe instabilidade de preços o que acarreta um maior custo na produção, uma vez que o preço do fruto não acompanha a variação do preço dos insumos. Nesse sentido, apurar resultados satisfatórios se torna um grande desafio para os agricultores familiares. Diante dessa problemática, surge a seguinte indagação: **Existe o controle de custos na apuração das atividades produtivas dos agricultores familiares no perímetro irrigado de Ponto Novo BA?**

O objetivo geral do trabalho é identificar se existe o controle de custo nas atividades produtivas da agricultura familiar do perímetro irrigado de Ponto Novo/BA, especificamente no Projeto de Irrigação de Ponto Novo-Ba, no seguimento dos pequenos produtores da agricultura familiar, no que tange à apuração de resultado. De forma específica pretende conhecer se existem procedimentos de controle e apuração de resultados, identificando as ferramentas utilizadas por esta população para a apuração de resultados sobre a sua produção agrícola.

O que impulsionou a realização deste trabalho foi à necessidade de compreender de que forma os produtores obtém a apuração dos resultados de sua produção, apresentando conceitos, definições e ferramentas necessárias para se chegar a um resultado coerente, com base nos métodos utilizados na prática contábil. De forma prática, esse trabalho busca compreender como os produtores rurais da agricultura familiar do Perímetro Irrigado de Ponto Novo utilizam a prática contábil, no que tange ao controle de custos e apuração de resultados, para gerir os seus negócios. Assim sendo, este trabalho visa contribuir, enquanto material orientador, para que os produtores deem mais atenção à prática de controle e apuração de resultados, percebendo a importância da contabilidade para toda e qualquer prática de gestão financeira e administrativa devendo ser exercida sempre, durante todo o ciclo das culturas implantadas e não somente no final do exercício.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar pode ser entendida como o cultivo de um pequeno espaço de terra produtiva, tendo seus próprios integrantes das famílias rurais responsáveis pela administração de todo o processo. É uma forma onde predomina a interação entre gestão e trabalho, utilizando a família como mão de obra, gerindo não só a parte operacional na produção mais também na parte de gerenciamento dos custos com a produção desenvolvida.

De acordo com o Banco da Amazônia (2016), A Agricultura Familiar consiste em uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias e não agropecuárias de base familiar, desenvolvidas em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar e que apresenta papel relevante para o desenvolvimento do País. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2016) explica que agricultura familiar é a forma de produção onde há predominância de interação entre gestão e trabalho. Ainda completa que, são os agricultores familiares que gerenciam o processo produção, utilizando o trabalho familiar com diversificação. Em caráter excepcional, podendo complementar o processo com trabalho assalariado.

Lamarche (1993) define a unidade de produção familiar como tendo uma forte relação entre trabalho e família. Cada família é detentora da terra, dos instrumentos de trabalho e de um conjunto de técnicas para a administração do patrimônio, que muitas vezes é passado de geração a geração. A força de trabalho empregada na terra é geralmente composta pelos próprios membros das famílias e, de acordo com a necessidade, por trabalhadores temporários.

A agricultura familiar caracteriza-se pelo domínio da família sobre todas as etapas da produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela realização do trabalho. Nessas unidades de produção o trabalho e a propriedade estão ligados à família.

Nesse contexto, a propriedade familiar é considerada como um imóvel rural, De um modo geral, pode-se dizer que as unidades de produção familiar têm como

característica principal a administração pela própria família; e nelas a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros (REICHERT; LÍRIO; JOSÉ, 2012). Agricultura familiar gradualmente incorporou um sentido concreto razoavelmente bem definido e se refere ao “vasto conjunto de pequenos produtores rurais, aqueles estabelecimentos que detém menores áreas e comandam recursos escassos de equipamentos, terra e capital. São usualmente as famílias rurais mais pobres” (PEDROSO, 2014, no prelo).

Em quase toda parte da produção agrícola é do produtor a incumbência do planejamento e controle dessa produção, realizando o papel de trabalhador operacional e participando diretamente do gerenciamento do seu negócio, participando assim de todo processo produtivo de sua atividade.

A agricultura familiar é responsável pela diversificação do alimento produzido no país, a exportação é muito rentável fazendo com que os grandes agricultores deem mais atenção para essa prática do comércio e então o papel de alimentar a população Brasileira fica a cargo dos pequenos agricultores. No último Censo agropecuário (2006) realizado pelo IBGE destaca que a agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% da bovinocultura do leite, 50% das aves e ovos, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% bovinocultura de corte, 21% do trigo, 16% da soja, entre outros.

De acordo com Buainain et al., (2013, pag. 114) a agricultura familiar responde por mais de mais 70% dos alimentos que chegam a mesas dos brasileiros, considerando o número de estabelecimentos rurais, a agricultura familiar consegue empregar três vezes mais do que a agricultura não familiar.

Com 665.831 estabelecimentos familiares, a agricultura familiar representa 87% dos estabelecimentos agropecuários da Bahia. Nestes estabelecimentos estão 81% das pessoas ocupadas do meio rural baiano, cuja força de trabalho e demais fatores geram uma produção de 91% da mandioca baiana, 60% das aves, 76% dos suínos, 83% do feijão e 52% da produção de leite, conforme dados do censo agropecuário 2006 feito pelo IBGE.

Conforme o que foi dito nos dados acima fica bem claro a importância da agricultura familiar responsável por uma parcela significativa de ações voltadas à geração de emprego e renda, tanto direto como indiretamente.

2.2 A LEI 11.326/06 E SUA APLICABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A lei que estabelece a política nacional de agricultura familiar e empreendimentos familiares agrícolas, Lei 11.326/06 reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e representa um novo marco para as políticas públicas distintas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a implantação execução, gestão de custo.

Conhecida como lei da Agricultura Familiar, define os conceitos da agricultura familiar e do agricultor familiar e prevê a descentralização - com a participação de municípios, estados, governo federal e produtores rurais - no desenvolvimento e gestão dos programas agrários. A agricultura familiar é responsável por 10% do produto interno bruto (PIB) brasileiro e representa 40% do PIB na agropecuária. (Ministério Do Desenvolvimento Agrário - MDA 2016)

São considerados parâmetros para definição do conceito de agricultor ou agricultora familiar a prática atividades rurais, que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- Não deter área maior do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro);
- Utilizar predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento;
- Ter renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família;

O que ocorre com a nova lei?

- A agricultura familiar passa a ser reconhecida como um segmento produtivo e se encerram as dúvidas sobre a sua conceituação legal.

- Garante a participação de agricultores e agricultoras familiares na formulação e implementação das políticas.

- As relações de trabalho e organizacionais nesse segmento se fortalecem com a aplicação de diversas políticas fundamentais para os agricultores familiares, como a da Previdência Social.

- Os órgãos governamentais poderão adotar esse conceito para aplicar outras medidas em benefício ao segmento, além do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A agricultura familiar, por mais representativa que seja no Brasil, tem ficado em segundo plano. Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003, p. 11) afirmam que, na prática, “a grande maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável”. A falta desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, a sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente.

De acordo com o Banco Central do Brasil, financiamento é um contrato entre cliente e instituição financeira, com destinação específica dos recursos tomados. Geralmente o financiamento possui algum tipo de garantia, como alienação fiduciária ou hipoteca. Nos contratos de financiamentos bancários, além dos tipos de garantias, também são firmados a quantia que será devolvida ao banco, estabelecendo taxas de juros, carências e prazos (BACEN, 2016).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (2016) o PRONAF, financia projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, apresentando as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País.

Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento BNDES (2015) o apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação,

ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos, destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural.

Mattel (2006) verificou a ocorrência de grande expansão da produção agropecuária no âmbito dos setores da agricultura familiar que são apoiados pelo Pronaf, comparativamente àqueles produtores que não tem acesso aos benefícios dessa política pública.

O autor deixa bem claro que o PRONAF visa fortalecer agricultura familiar contribuindo para geração de emprego e renda para o homem do campo e para população da cidade. Uma das características relevantes do PRONAF é o compromisso que tem com o meio ambiente para manter a sustentabilidade. Assim, surgiram vários subprogramas ligados ao PRONAF - Eco, Floresta, Agroecologia, Jovem e Mulher – (BNDES 2015).

De acordo com o (BNDES) a operacionalização do PRONAF se dá a partir de uma rede de bancos credenciados e de apoio dos serviços de assistência técnica e extensão rural que elaboram os projetos técnicos e fornecem a declaração de aptidão PRONAF (DAP), juntamente com sindicatos representativos dos agricultores. Sendo que a DAP é o documento que confirma o enquadramento do agricultor na lei da agricultura familiar e, conseqüentemente, o torna apto a ser beneficiário das políticas públicas para a categoria.

2.3. GESTÃO DE CUSTOS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

A contabilidade rural teve seu início com a necessidade do homem plantar e cultivar seu alimento para o consumo próprio. Assim, com a evolução da agricultura e da tecnologia, fez-se necessário uma nova forma de controlar e administrar sua propriedade rural (SILVA, KRUKLIS 2015). Para Rodrigues et al. (2011), a contabilidade aplicada às empresas rurais, é utilizada e se constitui como uma importante peça de auxílio aos empresários deste setor.

Dal Magro et al. (2013), argumentam que é por meio das informações contábeis que o produtor rural pode desenvolver o planejamento de suas atividades e o controle, sendo possível, a partir destas informações, a tomada de decisões mediante a identificação dos custos de produção, a análise da rentabilidade de culturas ou criações, bem como a análise dos melhores sistemas de produção.

A contabilidade de custos emerge da necessidade dos gestores por informações de natureza econômica e financeira, que possam subsidiar seus processos decisórios (MARTINS, 2010).

Gerir bem uma propriedade é uma tarefa imprescindível para o produtor, desde que este esteja disposto a ter um controle financeiro e de produtividade adequado, que possibilite uma melhor visão sobre seu empreendimento e evite prejuízos futuros. Quando a empresa realiza suas operações e atividades, gasta determinados recursos sejam matéria-prima, mercadorias, dinheiro ou mão de obra, por exemplo: ela tem que conhecer e identificar todos os gastos desses recursos, e a partir daí então, ele poderá controlar todos os seus custos.

A contabilidade de custos possui objetivos distintos, orientados por diferentes níveis gerenciais, como a obtenção do custo de produtos, bens ou serviços, a formação de resultados para facilitar a leitura da lucratividade e a criação de programas de redução de custos, bem como a avaliação de desempenho (VASCONCELOS et al., 2013).

No meio rural, da mesma forma, torna-se fundamental que o empresário conheça os custos das atividades desenvolvidas, para, desta forma, avaliar como está o comportamento dos custos frente às receitas obtidas e aos investimentos realizados. (ZUNIR et, al 2014)

Para Marion (2009), os custos de produção que compõem comumente a atividade agrícola são: sementes, adubos, fertilizantes, mudas, inseticidas, formicidas, herbicidas, demarcações, mão-de obra, encargos sociais, energia elétrica, combustível, serviços profissionais, depreciação de máquinas e de equipamentos utilizados na atividade referida, e outros custos.

Todos os custos que se tem na produção podem ser divididos em diretos ou indiretos. Os custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos. Os custos indiretos não têm medida objetiva para a sua alocação ao produto, e devem ser rateados. (MARTINS, 2008).

2.3.1. CUSTOS DIRETOS

Para Frainer (2015), os custos diretos são aqueles que fazem parte dos cálculos diretos dos produtos, ou seja, materiais diretos usados na fabricação do produto e mão de obra direta. De acordo com Silva (2013, p. 55) "é aquela que podemos medir com precisão e que incide única e diretamente sobre uma determinada atividade".

Estão diretamente relacionados com o processo de produção, assim se determinado produto não for produzido não haverá custos diretos com o mesmo. "Custos diretos são os gastos facilmente apropriados às unidades produzidas, ou seja, são aqueles que podem ser identificados como pertencentes a este ou aquele produto" (WERNKE, 2008, p.13). Os custos diretos são compostos pelas matérias prima utilizada na fabricação do produto, mão de obra direta e serviços subcontratados e aplicados diretamente nos produtos ou serviços. (Frainer 2015)

2.3.2. CUSTOS INDIRETOS

Ao se falar em custos indiretos referem-se a todos os outros custos que dependam da utilização de recursos e taxas. Bruni e Famá (2011, p.29) destacam que "custos indiretos necessitam de aproximações, isto é, algum critério de rateio, para serem atribuídos aos produtos. Exemplo: seguro de aluguéis de fabrica, supervisão de linhas de produção".

Crepaldi (2011, p.100) o custo indireto tem grau de dificuldade de medição e relevância. Depende de cálculos, que estimassem a propriedades em diferentes produtos agrícolas, assim os custos tem parâmetro utilizado para que as estimativas sejam chamadas de base ou critérios de rateio. Os custos indiretos são incorridos em todo processo de fabricação de bens ou de prestação de serviço, porem serem incorporados aos produtos, necessitando assim de alguns critérios de rateio.

Já Silva (2013, p.55) diz que é aquele que precisa ser rateado em varias atividades, como por exemplos, o salários de um administrador que divide sua atividade em varias atividades que representa uma previsão para repor um depreciado.

Para Marion (2012, p. 22) os custos indiretos são voltados para acúmulos de culturas que será vistos nessa conta, exclusivamente e depreciação dos bens

utilizados, desde a preparação do solo até o plantio da cultura. Havendo mais culturas nas propriedades, deve ser rateados, conforme sua distribuição.

2.3.3. CUSTO FIXO

Para Neves e Viceconti a definição está em “custos fixos são aqueles cujos valores são mesmos qualquer que seja o volume de produção de empresa. É o caso, por exemplo, do aluguel da fabrica. Este será cobrado pelo mesmo valor qualquer que seja o nível da produção, inclusive no caso de a fabrica para produzir” (2008, p.22.)

Martins (2010, p.50) mostra um exemplo “o valor do aluguel do imóvel em que ocorre a produção geralmente e contrato por mês, independentemente de aumento ou diminuição naquele mês do volume elaborado de produtos. Por isso o aluguel, geralmente é custos fixo”.

“[...] existem mesmo que não haja produção, os custos fixos possuem fixos possuem uma característica interessante: são variáveis quando calculados unitariamente em função das economias de escalas” (BRUNI e FAMÀ, 2011, p.30).

Levando em consideração a contabilização agrícola o imposto territorial rural, depreciação dos equipamentos agrícolas, prêmios de seguros são considerados custos fixos conforme Crepaldi (2011).

2.3.4. CUSTOS VARIÁVEIS

Os custos variáveis são aqueles que variam de acordo com a produção do produto ou com a prestação de serviço.

Para Bruni e Famá (2011, p.30): Nos custos variáveis, seu valor altera-se diretamente em função das atividades da empresa. Quanto maior a produção, maiores serão os custos variáveis. Exemplos óbvios de custos variáveis podem ser expressos por meio dos gastos com matéria prima e embalagens. Quanto maior a produção, maior o consumo de ambos. Assim como os custos fixos, os custos variáveis possuem uma interessante característica: são genericamente tratados como fixos em sua forma unitária.

Segundo Martins (2010), por sua essência, os custos fixos derivam da possibilidade de produção, existem independente da produção de uma

unidade/produto, sendo esses custos muitas vezes distribuídos aos produtos através de critérios de rateio, que contêm um maior ou menor grau de arbitrariedade.

Para Bornia (2010) a principal vantagem desse método é sua utilização para apoio à tomada de decisões gerenciais de curto prazo, quando os custos variáveis tornam-se relevantes. De acordo com Crepaldi (2010) e Nakagawa (2010), o Custeio Variável tem a desvantagem de não atender aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e dessa forma não é aceito pela legislação fiscal, sua utilização é limitada à contabilidade para efeitos internos da empresa.

O método de custeio variável é útil para tomada de decisões administrativas ligadas à fixação de preços, decisão de compra ou fabricação, determinação do mix de produtos e, ainda, para possibilitar a determinação do comportamento do resultado em decorrência das oscilações de vendas (CREPALDI, 2011). Além dessas informações, o custeio variável, possibilita a análise da margem de contribuição, que é a diferença entre o preço de venda e os custos e despesas variáveis decorrentes da fabricação de produto ou da prestação de serviço.

Já Barbosa (2014) diz que Pode ser classificado como custos variáveis o consumo de materiais diretos, que depende diretamente do volume de produção, assim, se a produção for pequena o consumo será pequeno e vice e versa e em consequência disso o custo com isso vai variar de acordo com o volume da produção.

2.3.5. CULTURAS TEMPORARIAS

Marion (2012, p 17) define culturas temporárias como aquelas que podem se submeter ao replantio após a colheita. Normalmente, o período de vida é curto. após a colheita, são arrancadas do solo para que então seja realizado um novo plantio também são conhecidas como anual.

Crepaldi (2011, p.106) explica que os custos na cultura temporária serão contabilizados em uma conta do ativo circulante com o título de culturas temporárias. Os custos que podem ser adicionados a essa conta são: sementes, fertilizantes, defensivos, mão de obras etc. acumulados até o término da colheita. após a colheita de custos para deixar o produtos a disposição para a venda. Ao ser vendido transfere-se novamente o valor correspondente ao volume vendido para a conta de custo de produtos vendidos, sendo assim possível calcular o resultado apurando-se o lucro bruto.

Cabe ainda ressaltar, que se após todo o processo produtivo realizado, ou seja, completados os processos que vão desde o plantio até a colheita e o produto estiver pronto para ser vendido, mesmo assim, ocorrerem gastos, como o tipo mais comum na atividade agrícola, que é o custo armazenamento, este será classificado como uma despesa, ou como é chamado, um custo do período de produção.

2.3.6 CULTURA PERMANENTE

São aquelas que permanecem vinculadas ao solo e originam mais de uma colheita ou produção. Atribui-se essas culturas uma duração mínima de quatro anos. do ponto de vistas do autor basta apenas a cultura permanecer mais de um ao e proporcionar mais de uma colheita para ser permanente. Exemplos dessas culturas são: cana-de-açúcar, citricultura (laranjeira, limoeiro...), cafeicultura, silvicultura (essências florestais, plantações arbóreas), olivicultura (oliveira) e praticamente todas as frutas arbóreas (maça, pera, jaca, jabuticaba, goiaba, uva...) (MARION, 2012, p18).

Para contabilização das culturas prementes Crepaldi (2011, p, 108) demonstra numa serie de lançamentos, diferentemente da cultura temporária, como essa cultura necessita de um tempo maior para florescer e a parti desse momento formar frutos, ela permanece por um bom período nas contas do ativo. A cada nova etapa concluída transfere-se o valor já contabilizado para uma nova conta, e assim por diante. Algumas das contas utilizadas para todo esse processo são conta cultura permanente em formação (especificando o tipo de cultura), cultura permanente formada, em andamento, produtos agrícolas, custo de produtos vendidos.

Percebe-se que em grande parte das atividades agropecuárias existentes no Brasil é administrada superficialmente sem levar em conta todo o processo produtivo. A falta de conhecimento dos produtores, principalmente na área de custos, tem causado bastante desânimo e insatisfação em relação aos resultados que obtiveram com suas produções. As atividades rurais devem ser vistas como empresas, ser levadas a séria na forma de gerenciá-la.

De acordo com as citações acima pode observar que a contabilidade de custos tem a função de contribuir para melhor a administração e de uma

organização com dados que representem todos os seus recursos utilizados no seu processo operacional. Seu papel ganha maior importância quando inserimos essa organização dentro do contexto complexo e dinâmico do mercado em nossos dias.

2.4. CONTROLE DE CUSTO E APURAÇÃO DE RESULTADO NA ATIVIDADE AGRICULTURA

Com passar dos anos produzir tem-se ficado cada vez mais caro chegando as vezes sendo inviável o cultivo de determinadas culturas, saber o que produzir, para que produzir, para quem vender e qual o preço de venda é muito importante, por isso o produtor tem que sempre aprimorar suas técnicas de cultivo e sua organização perante os seus negócios. Já em relação ao quanto produzir, deve considerar a quantidade de terra de que dispõe, e ainda o capital e a mão de obra que pode empregar além de estabelecer o modo como vai produzir de acordo com a tecnologia disponível. (DORR 2012).

Para um bom controle e gestão dos custos deve-se ter um planejamento e registros de entrada e saída de tudo que se foi gastos para produzir. RODE (2014) relata que o desenvolvimento do raciocínio básico relacionado aos conceitos de controle e consumo de recursos (gastos), quer seja em investimentos, despesas, receitas, custos nas suas diversas classificações, podem auxiliar no conjunto de informações mínimas, de caráter econômico financeiro necessário à gestão da propriedade rural.

Hofer (2011, p.15), em seu trabalho realizado com pequenos produtores na região Oeste do estado do Paraná, conclui que um número reduzido de produtores adota algum método de controle para gestão. Nesse contexto, o autor destaca que “A grande maioria ainda administra suas atividades na informalidade e/ou com anotações em um caderno”.

Nas empresas em geral, a apuração de resultado é feita mensalmente e o exercício social é encerrado em 31/12. Apurando-se aí todo o resultado anual da empresa. Já na atividade rural o encerramento do exercício social não coincide com o ano civil, como acontece nas empresas comerciais. O exercício social na área rural é encerrado de acordo com o fim da produção, através da colheita ou com a sua venda.

Para exemplificar, na opinião de Marion (2009), o encerramento da atividade agrícola baseia-se no ano agrícola, que é o período em que se planta, colhe e comercializa toda a produção, ou parte dela. Após o término do ano agrícola,

normalmente depois das vendas, o encerramento poderá acontecer no mesmo mês ou no mês seguinte. E quando há vários produtos agrícolas com colheitas em períodos diferentes, o ideal é que o ano agrícola seja baseado na cultura que apresenta maior representatividade econômica.

O conhecimento e utilização de técnicas de gestão, nas atividades rurais, proporcionam condições para que o produtor rural possa identificar avaliar e planejar resultados em cada fase do processo, conduzindo para uma melhor capacidade de avaliação das condições de inserção no mercado competitivo. (DORR 2012).

Visto a citação de Dorr, uma das principais preocupações da contabilidade gerencial é fornecer informações aos gerentes internos, no entanto, para que as informações sejam utilizadas de forma proveitosa, é necessário que esses procurem as informações aos responsáveis, profissionais da área contábil para possa ajuda-lo em uma tomada de decisão.

3. METODOLOGIA

De acordo com Gil (2011), método é o conjunto de procedimentos intelectuais e as técnicas que são utilizadas para alcançar o conhecimento.

Pesquisas exploratórias: buscam uma aproximação com o fenômeno, pelo levantamento de informações que poderão levar o pesquisador a conhecer mais a seu respeito (DOXSEY, 2008, p. 41).

Para melhor abordagem desta pesquisa, foram definidas com métodos de estudo as pesquisas exploratórias e descritivas, uma vez que tendo vista a população estudada, que representa aspectos inerentes a estes métodos de estudo. Utilizou-se então como técnicas para coleta de dados os seguintes instrumentos: a pesquisa bibliográfica, o estudo de caso e a observação.

Notou-se a que a pesquisa bibliográfica apenas com materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos e enciclopédias na busca e abstração foram insuficientes para realizar uma pesquisa com relevância acadêmica. Assim, foi necessário fazer uso também de questionários e entrevistas como forma de se obter perspectivas que pudessem ser confrontadas com a literatura.

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar como a compreensão da importância da apuração de resultado e controle das suas atividades produzidas, auxilia controle e apuração de resultado de agricultores familiares do perímetro irrigado, com a finalidade de verificar a viabilidade de sua atividade, na geração de renda sustentável no município de Ponto Novo - BA.

A pesquisa possui um grau de 80% de confiabilidade dos dados apresentados e analisados, uma vez que foi realizada por meio de um questionário envolvendo o universo de 141 produtores onde obtivemos resposta de um total de 50, no período do mês de Abril de 2016.

Como instrumento para coleta de dados utilizou-se o questionário, a fim de se obter uma melhor apreciação do conteúdo apresentado no trabalho. “O questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações.” (GIL, 2011, p. 121).

Tendo como respaldo o autor, portanto o questionário permite que obtenhamos a opinião de pessoas e este instrumento se bem executado, possibilita uma maior exatidão da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O município de Ponto Novo com aproximadamente 16.500 habitantes (IBGE 2010) está inserido na região econômica piemonte norte Itapicuru e na microrregião de Senhor do Bonfim, distante 332 km da capital Salvador BA. Apresenta-se como principais atividades econômicas: a agricultura (sequeiro e irrigado), a apicultura e a pecuária bovina, suína, e caprina. A agricultura irrigada em decorrência da existência da barragem de Ponto Novo no rio Itapicuru-Açu tem proporcionado a região perspectivas de sustentabilidade social e econômica para seus habitantes e tem sido um elemento propulsor de riqueza na região.

O perímetro irrigado de Ponto Novo tem uma área de 2.457 hectares irrigáveis, divididos em 62 lotes empresariais e 141 de agricultura familiar. Tendo as principais culturas implantadas: goiaba, maracujá, manga, mamão, banana, melancia, feijão. Gerando diretamente cerca de 2.600 empregos e indiretamente mais de 3.900 ocupações não só da população local mais beneficiando também mão

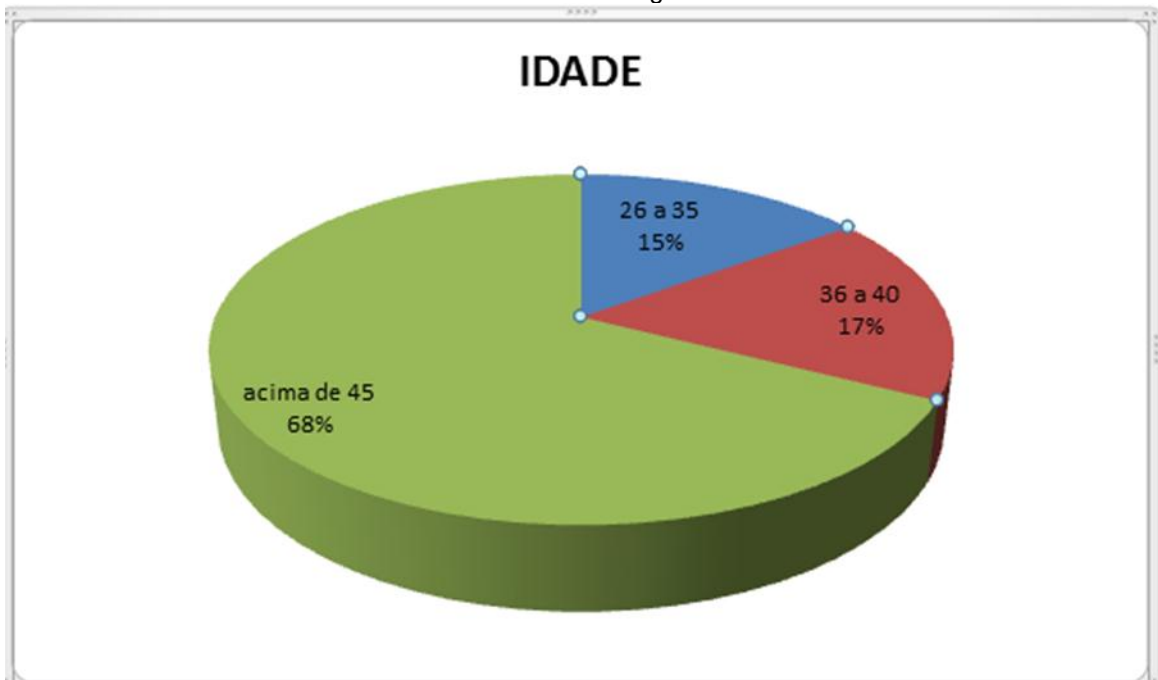
de obra dos municípios de Queimadas, Filadélfia, Pindobaçu, Caldeirão Grande, Saúde, Capim Grosso e Caém, com expressiva repercussão socioeconômica da região.

As questões aplicadas via entrevista de questionário têm o intuito de alcançar os objetivos propostos no trabalho. Assim, neste tópico serão apresentados os resultados da pesquisa de campo.

No que tange aos aspectos voltados para o gerenciamento dos lotes verificou-se que há uma maioria entres homens gerindo as propriedades, ficando com a mulher a participação no processo produtivo das culturas e como auxiliar na gestão da produção e dos recursos.

4.1. FAIXA ETÁRIA

GRÁFICO 1- Faixa etária dos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme o gráfico 1, identificou-se que 15% da amostra dos proprietários estão na faixa de 26 a 35 anos de idade. Proprietários entre 36 e 40 anos de idade apresentam 17% da amostra onde 68% dos proprietários possuem acima de 41 anos, constatou-se também que os filhos proprietários cada vez mais vêm assumindo as propriedades, os pais vão envelhecendo, ficando impossibilitados de realizar as atividades e os filhos passam então a assumir a responsabilidade sobre a produção e a gestão dos empreendimentos agrícolas.

4.2. GRAU DE ESCOLARIDADE

No que tange à questão escolaridade, o gráfico 2 indica que a maioria dos produtores rurais apresenta um grau de escolaridade considerável, tendo em vista que em sua maioria os produtores cursaram o ensino fundamental, mesmo de forma incompleta.

GRÁFICO 2- Grau de escolaridade dos agricultores entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando o quadro apresentado observa-se ainda que uma grande parte dos produtores não tiveram acesso à alfabetização, uma vez que são pessoas que sempre dedicaram sua vida ao trabalho no campo e não dispunham de acesso às escolas e aos centros de alfabetização. Nesses casos, observa-se que os filhos contribuem para a gestão dos lotes por estarem dentro do quadro dos que representam os 14% por cento com ensino médio incompleto e 16% por cento com ensino médio completo.

Hofer (2011, p.15), em seu trabalho realizado com pequenos produtores na região Oeste do estado do Paraná, conclui que um número reduzido de produtores adota algum método de controle para gestão. Nesse contexto, o autor destaca que “A grande maioria ainda administra suas atividades na informalidade e/ou com anotações em um caderno”.

Abadde et, al (2011) pois, em particular, o maior grau de escolaridade está diretamente associado ao maior interesse e flexibilidade do produtor na busca por aprimoramento, cursos de aprendizagem, como cursos de boas práticas, controle sanitário e qualidade.

Na realidade local, no entanto, considerando a faixa etária predominante para o perímetro Irrigado de Ponto Novo, foi visto que os que compõem a fatia de maior faixa etária representam àqueles que dispõem de pouca alfabetização, o que no objeto do estudo pressupõe uma gestão ineficiente por conta da falta de conhecimento como aborda o autor no texto acima mencionado.

4.3. CULTURAS IMPLANTADAS

GRÁFICO 3 - Relação das culturas implantadas



Fonte: Dados da pesquisa.

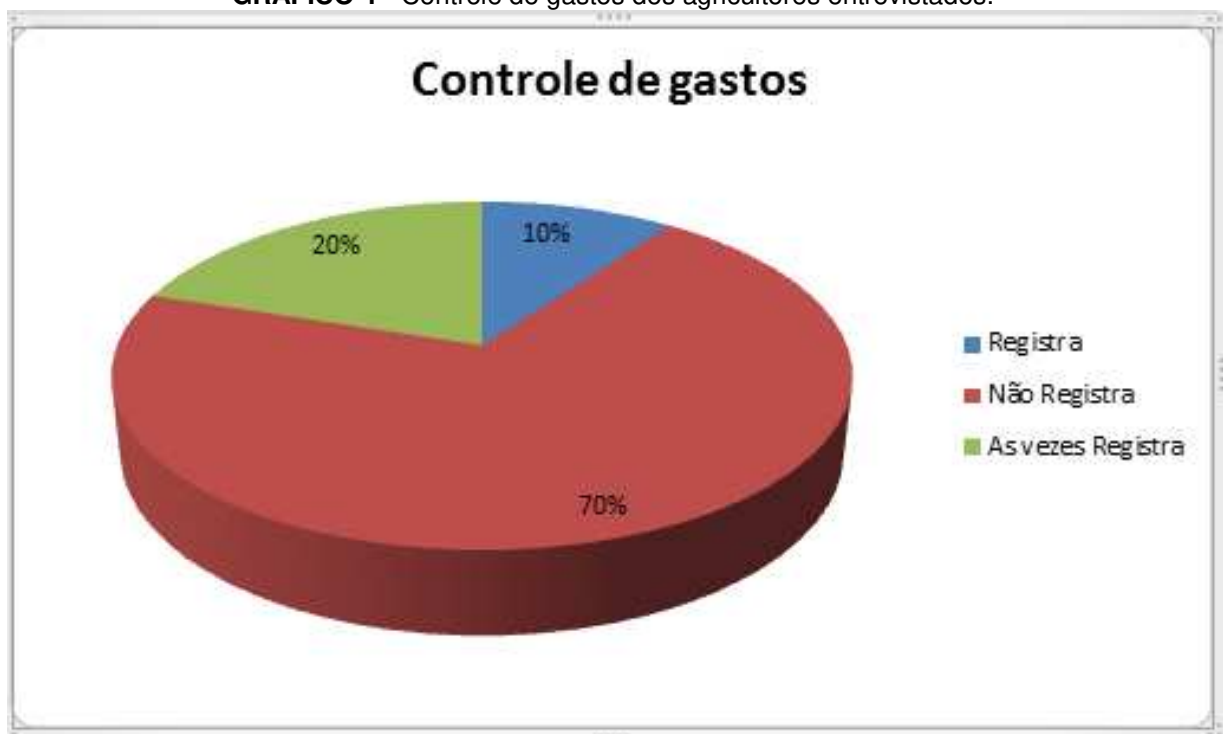
As maiorias das culturas implantadas são as perenes ou permanentes, trata-se da lavoura em que você não precisa (semear ou) plantar uma nova planta após um ciclo para que você tenha outro, por exemplo, no perímetro destaca-se a banana, maracujá goiaba, mamão, após a produção de um ano, você não tem que plantar outra planta para que venha produzir; "culturas anuais ou temporárias" são aquelas que têm uma única produção, ou seja, após a sua produção cerca de 90

dias em média ela "morre" você precisa cultivar outra planta para ter uma nova produção, por exemplo: feijão, melancia, quiabo e milho.

4.4. FORMAS DE CONTROLE DE GASTOS NAS PROPRIEDADES

Como consta na figura observa-se que grande parte dos agricultores familiares não tem a cultura de anotar todos os gastos relativos às suas produções. A eles reconhecem a importância de anotar mas por desleixo ou falta de incentivo não dão tamanha importância, E disse também que um dos motivos de não anotar é pela falta de estudo.

GRÁFICO 4 - Controle de gastos dos agricultores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os que se enquadram no item "Às vezes registram", representando a segunda maior frequência, anotam alguns gastos em cadernos espirais e/ou em papel A4, ou até mesmo guardando os cupons fiscais de compras dos insumos, qual se entende ser insuficiente para determinar o resultado, seja ele positivo ou negativo.

Tanto esse item quanto o item "Não registra" os agricultores familiares sabem se operam com lucro ou com prejuízo em suas produções, os que eles não conseguem compreender é o ganho ou a perda precisa de seus cultivos, pois como

a maioria tem mais de um tipo de cultura implantada, pode ser que eles misturem o lucro de um com o prejuízo da outra.

Já no item "Faz registros" os agricultores familiares afirmam que anotam todos os gastos relativos às suas produções. Dentre os agricultores familiares pesquisados que responderam anotar todos os gastos inerentes as suas produções, principalmente a produção relevante, que traz mais renda.

4.5. FIXAÇÃO DE PREÇO NO PRODUTO

O preço é um fator relevante para se apurar resultado satisfatório na agricultura familiar. É importante que se tenha informações sobre o mercado: como está a demanda pelo produto, caso exista concorrência, verificar os preços dos produtos dos concorrentes, e outros fatores inerentes ao mercado.

A maioria dos produtores rurais utiliza o preço que o mercado oferece. A maioria desses produtores pesquisados desenvolve a atividades de cultura permanente em sua propriedade.

Existe a também a questão da demanda dos produtos e das ofertas desses, os agricultores sempre procuram se informar da situação do preço do produto antes do momento da venda para assim estipular um preço e entrar em negociação só com atravessadores, por outro lado existe aqueles que já têm os compradores fixo ou fregueses que estão sempre comprando suas frutas, que negociam os produtos com o preço preestabelecido sendo as vezes igual o inferior ao preço de mercado, a vantagem de se ter comprador certo de sua mercadoria é que sempre vai ter saída do produto, fazendo assim que eles não fiquem no prejuízo.

Os produtores que responderam fixar o preço nos produtos baseando-se em relação a procura do produto, quando uma observação no aumento da procura da fruta, os agricultores entram em negociação com os atravessadores para um aumento do preço, mas quando a procura diminuem ocorrem o contrario, a negociação agora é para não baixar muito o preço. Nota-se que a maioria dos produtores que escolheu esse item como resposta, faz suas contas utilizando apenas o raciocínio mental. E também se verificou que eles baseiam-se no preço

que é cotado no mercado. Alguns produtores fixam o preço da maneira que melhor convém. Que nem sempre é atendido pelo os atravessadores

Na área rural deve-se seguir a mesma dinâmica: considerar os custos dos produtos e as informações que o mercado oferece. Assim os produtores rurais serão mais competitivos.

4.6. APURAÇÃO DE RESULTADO

Apurar resultados em uma produção significa simplificadaamente calcular se houve lucro ou se teve prejuízo. Nesse tópico serão apresentados os resultados referentes à apuração de resultado.

Grandes partes dos produtores entrevistados compreendem que o lucro é o resultado final da produção, subtraindo-se os valores das vendas com todos os gastos incorridos na produção. Mas, poucos souberam especificar as entradas, em dinheiro, e as vendas dos produtos. Já que a falta de anotações sobre o que é gasto com a produção.

O conhecimento que eles apresentam mesmo alguns deles responderem ter um bom conhecimento é insuficiente para a correta apuração de resultado. A maioria dos agricultores familiares sabe tem noção se houve lucro ou prejuízo após as vendas de seus produtos.

4.7. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE NOÇÕES DE GESTÃO

GRÁFICO 5 - Participação em cursos de gestão dos agricultores.



Fonte: Dados da pesquisa

Grande parte dos produtores participou de cursos de gestão para as suas propriedades rurais, quando foi cedida a concessão de uso de uso dos lotes por parte do governo, mas pouco deles conseguiram seguir a diante no que tange às anotações e organização dos custos de produção, mesmo os produtores tendo certa noção da importância dos registros contábeis. De acordo com os entrevistados pela pesquisa, o curso foi realizado por eles no início da implantação do projeto e se tornou obsoleto com o tempo, fazendo com que eles perdessem o interesse no gerenciamento correto das suas produções. Ainda segundo os produtores existem certas dificuldades que os impedem de realizar o correto gerenciamento das suas áreas produtivas, tendo em vista a falta de incentivo em levar mais a sério o assunto.

O que impede, às vezes, em parte, os produtores de terem um bom desempenho na gestão dos seus lotes é a falta da busca do conhecimento, da necessidade de entender melhor os processos produtivos, as receitas, as despesas, muitos ainda realizam atividades de anotação em cadernos das despesas e receitas, mas isso tem se mostrado ineficaz para uma correta análise de resultados para melhor aplicação de recursos.

É de suma importância a proatividade, dos produtores, dos seus filhos – em situação de alfabetização melhor – no que tange a busca por práticas de gestão mais eficazes e que possibilitem um maior entendimento de como se processa a análise de custos produtivos e de que forma garantir bons resultados para as suas atividades agrícolas para a geração de renda e a obtenção de resultados.

Através do questionário realizado, principalmente nesse quesito, verificou-se que a disparidade entre os que realizaram curso de gestão e os que não realizaram é considerável, e isso é bastante ruim para o desenvolvimento do projeto de irrigação de Ponto Novo, uma vez que a dificuldade na gestão dos recursos financeiros por parte dos produtores pode comprometer a sua produção, pois se considerarmos uma má gestão de recursos na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, mão de obra, armazenamento e condicionamento, das suas atividades produtivas, possivelmente poderemos ter prejuízos para os proprietários dos lotes que possuem pouco conhecimento de finanças e para o projeto em si, que deixará de estar produzindo e reabastecendo os mercados produtores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certa maneira o que contribui para que os agricultores não se organizem com suas contas é a falta de incentivo, seja ela pela falta de vontade do próprio ou na crença que isso tanto faz e não vai ajudar em nada com sua produção. Uma maneira de incentivar os produtores é uma oferta de cursos de gestão em pequenas propriedades, de continuidade para que sempre venha bater na mesma tecla para não haja esquecimento do assunto por eles.

Os produtores também demonstraram muito interesse no assunto, pois todos tem a noção da importância de se realizar o registro para conhecer o ganho real de cada cultura implantada por eles, e a viabilidade do cultivo.

Primeiramente buscou-se saber quais os procedimentos de apuração de resultados que os produtores rurais utilizavam. Através da pesquisa soube-se que a maioria dos produtores rurais não utiliza nenhum tipo de controle para apuração de resultado. Alguns deles utilizam cadernos espirais e fichas de papel A4 para fazerem anotações a respeito dos gastos referentes à produção e o resultado das vendas. Percebe-se que o controle realizado pela minoria dos produtores rurais em suas produções não mensura precisamente o resultado, pois alguns guardam apenas cupons e notas fiscais sem nenhuma organização delas, por que em muitos casos eles têm mais de uma cultura, dificultando assim a mensuração de cada uma delas.

Dada à importância do tema, torna se necessário o desenvolvimento de projetos que visem oferecer ao agricultor cursos referente ao tema gerando incentivo para os mesmos.

Recomenda-se para futuras pesquisas no âmbito rural, principalmente na agricultura familiar, trabalhos direcionados a propor modelo de controle e apuração de resultado das produções, realizarem gestão de custos em empreendimentos rurais através de estudos de caso, apresentar as vantagens e contribuição da atuação do contador nessa área, ou comparar o resultado em tela junto a produtores de outros municípios da região do Piemonte norte Itapicuru.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Silva r, et al, **análise do perfil socioeconômico da agricultura familiar no município de Dilermando de Aguiar-RS**, 2011.

BANCO DA AMAZONIA. Agricultura familiar. Portal da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.basa.com.br/index.php/agriculturaa-familiar>. Acesso em 12 de Abril de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/servicos9.asp#1. Acesso em 15 de maio de 2016

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Documento Ostensivo. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/circulares/2015/15Circ024_AGRIS.pdf

BARBOSA, M. L. Análise dos custos de produção de estofados em uma indústria de São Lourenço do Oeste-SC. 2014.

BORNIA, A. C. **Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 05, nº10, 2003, p. 312 – 347.

BUAINAIN, A. M; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. Ano XXII, Nº 2 - Abr./Maio/Jun. 2013, pp. 105-121.

BRASIL. **Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: Abril. 2016.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, S, A. **Contabilidade Rural**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2009

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.

DAL MAGRO, C. B.; et al. Contabilidade rural: comparativo na rentabilidade das atividades leiteira e avícola. **Custos e @gronegócio On Line, Recife**, v. 9, n. 1, p. 2-22, 2013.

DE ABREU PINHEIRO, F.; et al. **Perfil de Consumidores em Relação à Qualidade de Alimentos e Hábitos de Compras**. UNOPAR Científica Ciências Biológicas e da Saúde= Journal of Health Sciences, v. 13, n. 2, 2015.

DOXSEY, J. R.; RIZ, J. **Metodologia da Pesquisa Científica**. 3. revisão. Vila Velha: Escola Superior Aberta do Brasil, 2008.

DORR, A. C.; et al. Utilização de instrumentos de gestão contábil pelos produtores agropecuários. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 45, 2012.

HOFER, E.; PACHECO, V.; SOUZA, A.; PROTIL, R. M. A relevância do controle contábil para o desenvolvimento do agronegócio em pequenas e médias propriedades rurais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 3, n. 1, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Recuperado em 17 Abril, de 2016. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1. (Coleção Repertórios).

MATTEI, F. "**Produção Acadêmica Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**." UFSC, Florianópolis, SC (2006).

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**, 8ª edição São Paulo: Atlas 2008.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**. 11ª edição São Paulo: Atlas 2010

MARION, J. C. **Contabilidade Rural**. 13ª edição São Paulo: Atlas 2012.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NAKAGAWA, M. **Gestão estratégica de custos**: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, S.; VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade de Custos**: um enfoque direto e objetivo. 8ª Ed. São Paulo: Frase Editora, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Lei estabelece diretrizes para políticas públicas na agricultura familiar. Portal Agricultura Orgânica**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa> . Acesso em: 26 Maio. 2016

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO: Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/lei-da-agricultura-familiar-recebe-san%C3%A7%C3%A3o-presidencial>. Acesso em: 23 de maio de 2016

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Disponível em: <http://mds.gov.br/caisan-mds/noticias/agricultura-familiar-e-um-caminho-para-a-seguranca-alimentar>. Acesso em: 23 de Março de 2016.

PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: trajetórias internacionais e o caso brasileiro**. O desafio da nomeação e suas implicações práticas”. In 2014

PINHEIRO F.; et al., Perfil de Consumidores em Relação à Qualidade de Alimentos e Hábitos de Compras. **UNOPAR. Cient Ciênc Biol Saúde**. v.13, n. 2, p. 95-102. 2011

REICHERT, L. J. **Avaliação de sistemas de produção de batata orgânica em propriedades familiares: uma aplicação da metodologia multicritério de apoio à decisão (MCDA)**. 2012. 346p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação.

RODE, M. L. Partir da realidade do assentamento. **Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD Programa de Pós-graduação em Agronegócios**. Mato Grosso do Sul/MS. 2014

RODRIGUES, A. O.; BUSCH, C.; GARCIA, E. R.; TODA, W. H. **A nova contabilidade rural**. São Paulo: IOB, 2011.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUARIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AGRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/content/projeto-de-irriga%C3%A7%C3%A3o-ponto-novo>. Acesso Dia 11 de Março de 2016.

SILVA, R. A. G. **Administração Rural: Teoria e Prática** – 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2013.

SILVA, A. F. F. Custos da produção da soja: um estudo na propriedade do Evandro Roberto Koenig em Mormaço-RS. Universidade de Passo Fundo, 2015.

SILVA, J. L.; KRUKLIS, A. G. Gestão de Custos na cultura Temporária: Estudo de caso Produtor Rural – Brazlândia/DF. Faculdade Promove de Brasília, 2015.

VASCONCELOS, Y. L. et al. Método de caso e estudo de caso: usos no exercício da docência em contabilidade de custos. **Custos e @gronegocio On Line, Recife**. v. 9, n. 4, p. 2-18, 2013.

WERNKE, Rodney. **Análise de Custos e Preços de Venda: Ênfase em Aplicações e Casos Nacionais**. São Paulo: Saraiva, 2008

ZANIN, A. et al. Gestão das Propriedades Rurais do Oeste de Santa Catarina: As fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 13, n. 40, p.09-19, set./dez. 2014.

GESTÃO DE CUSTOS NA CULTURA TEMPORÁRIA: ESTUDO DE CASO PRODUTOR RURAL - BRAZLÂNDIA / DF

ANEXOS**QUESTIONÁRIO**

01. Qual é o seu gênero?

Masculino.

Feminino.

02. Qual sua idade?

17 a 20 anos.
anos.

21 a 25 anos.

26 a 35

36 a 40 anos.

41 anos ou mais.

03. Culturas implantadas?

04. Forma de controle dos gastos da atividade na propriedade?

05. Fixação do preço no produto?

06. Apuração do resultado?

07. Tomou algum curso sobre noções administrativas?